



## >> A importância da transparência: Partidos políticos, legislação e o 'rating' da nação.

No século atual vivemos e iremos viver sob o signo da transparência:

1. Transparência política, com ligação mais direta dos partidos aos cidadãos;
2. Transparência legislativa, com publicitação dos intervenientes no processo legislativo e identificação de possíveis conflitos de interesses entre esferas pessoais ou sócio-profissionais e esfera do domínio público;
3. Transparência e cooperação internacional, visível na recente introdução da nova Diretiva da poupança e sempre crescente número de acordos sobre trocas de informações fiscais entre estados, elegendo-se a troca automática de informações fiscais como meio de principal combate à fraude fiscal.

Portugal, se quiser ultrapassar o ciclo de austeridade, terá necessariamente (conforme recomendado por organizações internacionais) de se pautar por estes critérios de transparência, de forma a assegurar maior confiança internacional nas suas instituições políticas e entidades legiferantes.

Sabemos que temos também má legislação e por vezes, nestes casos, questiona-se a sua razão de ser: ignorância do legislador?

Igualmente, o normal funcionamento da justiça, reduzindo-se as pendências e morosidade processual, passa inevitavelmente pela eliminação de disposições legislativas (vide, entre outras, artº 47º do Regime Geral das Infrações Tributárias 'RGIT', 'Suspensão do processo penal tributário') que incentivam a litigância desnecessária ou mesmo dolosa e comprometem seriamente o normal funcionamento de um estado democrático.

No contexto fiscal, ver exemplo no parágrafo anterior, exige-se uma reformulação do RGIT, dando-se prioridade no combate à fraude fiscal, penalizando-se os contribuintes e seus representantes que, usando de 'artifícios legais processuais', levam indevidamente à suspensão de processos fiscais criminais.

Maior transparência política, legislativa e socioprofissional eliminará ou atenuará substancialmente os problemas crónicos que temos vivido e que têm vindo a ser identificados pela comunidade internacional como uma das principais causas da nossa

baixa reputação internacional como estado e como nação.

O 'rating' actual de 'lixo' pode e deve ser ultrapassado não só com apelo a medidas económicas e financeiras mas principal e fundamentalmente eliminando-se o deficit democrático e de transparência ainda presente no nosso país, no contexto político, legislativo e, neste último, especialmente ao nível da elaboração das normas processuais e procedimentais.

Sem instituições transparentes, sérias e credíveis, não será possível sair do nível de 'lixo', mesmo com os 'cofres cheios'.